

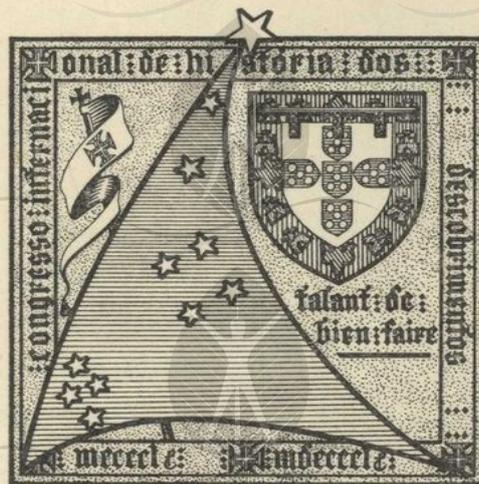
**O negro na empresa colonial dos
portugueses na Amazónia**

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

O NEGRO NA EMPRESA
COLONIAL DOS PORTUGUESES
NA AMAZÓNIA

(SEPARATA DO VOL. V DAS ACTAS)



LISBOA

1961

*Am
941.148M
15-75e*

O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazónia

POR

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

O que os Portugueses realizaram na Amazónia, para torná-la uma área utilizável pelo Homem, seja no domínio puramente político, seja no esforço por transformá-la em espaço habitável, constitui página magnífica de comprovação da possibilidade de posse efectiva da extensa região brasileira. Como em outros trechos do vasto território ultramarino criado na Sul-América, os Portugueses adoptaram técnicas de acordo com os imperativos locais, numa actividade objectiva interessante que lhes rendeu o melhor possível.

No tocante à actividade económica, nos contactos com o gentio da terra, verificadas certas reacções que faziam ao trabalho sedentário, à mudança de técnicas de vida, o caminho foi a utilização da mão-de-obra africana, mais dócil e, seguramente, mais fácil de conseguir, conquanto importasse em despesas que nem sempre compensavam pelo menos no imediatismo de sua utilização pelos colonos.

O elemento africano que foi transferido ao Brasil no período colonial, como sucedeu igualmente no tocante aos territórios que Espanha, Inglaterra e França possuíram nas Américas, sofreu, portanto, essa mudança de local em conse-

quência das necessidades em mão-de-obra que se vinha constatando nos domínios ultramarinos que a Europa começara a criar com a empresa descobridora de Portugal.

No Brasil, esses contingentes de mão-de-obra tiveram uma actuação constante e intensíssima. De certo modo podemos atribuir-lhes muito do que constituiu o fundamento da actividade agrária e da actividade mineradora então em desenvolvimento. Nas áreas onde essas actividades não foram ponderantes, como ocorreu no Nordeste seco, pastoril, ou na Amazónia florestal e húmida, a contribuição dos negros foi muito menos expressiva, tanto no quantitativo como no rendimento de sua presença e actuação.

No particular da Amazónia, se não constituiu a multidão que vamos encontrar em outras áreas do complexo social e económico brasileiro, nem por isso deixou de compor alguma coisa interessante, que merece ser investigado pelo que significou e pelo que apresenta no deve e haver regional. Será interessante e necessário explicar logo, inicialmente, que, pelo vulto da mão-de-obra indígena, mobilizada a todo o instante e para tudo pelo colono e pelas autoridades quando careciam estas da realização de qualquer tarefa estatal, é que a mão-de-obra africana não foi solicitada com a mesma sofreguidão por que se fazia, insistamos, no Nordeste açucareiro ou nos distritos da mineração intensiva.

Considerados esses dois aspectos preliminares do assunto, passemos a abordá-lo nos itens por que pode ser encarado ou proposto para maiores detalhes. E recordando que os primeiros negros chegaram à Amazónia, não por intermédio dos Portugueses, como muita gente imaginará que tenha ocorrido, mas, graças aos Ingleses que, nas duas últimas décadas do século XVI e na primeira do XVII, tentaram empossar-se do Extremo-Norte do Brasil, numa aventura que não lhes assegurou o êxito imaginado. Nas feitorias que montaram entre a costa do Macapá e a zona dos estreitos, esses ingleses pretenderam realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente, do plantio de cana, para a fabricação de açúcar e rum. O braço africano foi trazido, porque não desejavam os aventureiros da Britânia entrar em conflito com o gentio local, do qual pretendiam a aliança interesseira e necessária, aliança que obti-

veram e lhes assegurou o passageiro domínio que exerceram nas águas e terras da Amazónia (1).

Feita a conquista da região pelas armas luso-brasileiras, expulsos os concorrentes estrangeiros, iniciava-se a aventura do empossamento rotineiro, dentro do estilo a que se vinham habituando em outras partes da colónia que montavam na Sul-América. Ao invés da empresa agrária, que nem por isso deixou de ser tentada, o que ocorreu, no tocante às actividades ligadas à produção, foi a extracção da matéria-prima abundante e a que se ligou, na Europa, uma importância especial, de vez que muito do que se estava encontrando no Extremo-Norte podia vir a substituir a especiaria oriental, a escassear em virtude da presença de estrangeiros que iniciavam o ataque às posições portuguesas e aos poucos os iam substituindo ali (2). Ora, para a identificação das espécies amazónicas que deviam ser colhidas na floresta, o negro africano não era a mão-de-obra indicada. Essa devia ser solicitada aos contingentes da bugrada local, contingentes que os franciscanos da província de Santo António estavam nucleando para uma boa vizinhança ou um entendimento cordial com os Portugueses (3). Ninguém como eles para identificar as espécies vegetais, indicando-as e apanhando-as com solicitude e na época própria. Ninguém como eles para penetrar a hinterlândia, movimentando as embarcações e assegurando aos novos senhores a posse de toda aquela riqueza de tanta procura e, por conseguinte, de tanto rendimento imediatista. Daí o descaso pela contribuição africana que não fazia falta.

Dissemos que a empresa agrária, conquanto não tivesse constituído a constante das preocupações económicas regionais, nem por isso deixou de existir nessa fase inicial da operação de descobrimento e de conquista. E realmente assim ocorreu. Porque, logo no momento da chegada, isto é, da primeira localização dos Luso-Brasileiros, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco desembarcou e plantou os fundamentos da

(1) J. Williamson, *English Colonies in Guiana and on the Amazon. 1604/1688*. Oxford, 1923.

(2) Jaime Cortesão, «A integração do território do Brasil», *História de Portugal*, direcção de Damião Peres e Eleutério Cerdeira, vol. VI, p. 706. Barcelos, 1934.

(3) Arthur C. F. Reis, *The Franciscans and the Opening of the Amazon Region*. Separata de revista *The Americas*, n.º 2, Vol. XI. Washington, 1954.

colônia, levantando o fortim do Presépio, ele próprio, no desempenho dos poderes de que vinha investido, distribuiu as primeiras sesmarias, beneficiando-se e montando o primeiro engenho de açúcar, conforme apurou recentemente, em investigação a que procedeu em arquivos de Portugal e Espanha, o historiador paraense Ernesto Cruz. Para essa tarefa agrária, ainda o colaborador foi o próprio nativo da selva, que não opôs resistência e cedeu a uma colaboração de que, em breve, porém, se iria afastar para as tentativas militares em que pôs em sério perigo a façanha dos primeiros ocupantes vindos de Portugal e do Nordeste.

Com o decorrer da experiência colonial, ao lado da tarefa de colecta da matéria-prima vegetal e da pesca, seguida do salgamento do pescado para o comércio a longa distância, foi surgindo, com mais interesse e certa pressurosidade, a actividade agrícola, lavrando-se a terra com as espécies indígenas, como o cacau, o cravo fino e grosso, o tabaco, o algodão e as espécies alienígenas, representadas principalmente pela cana, para cuja utilização imediata foram sendo montados novos engenhos de bom rendimento e depois pelo café e pelo anil (4). O escravo negro começa, nessa fase, a ser empregado. A população era, porém, pobre, muito pobre mesmo. Escasseavam os recursos para a importação do braço africano. E ainda, apesar de todas as dificuldades, naturais ou criadas, o contingente gentio local era o suficiente.

As estatísticas referentes a essa primeira presença vultosa de trabalhadores trazidos da África não esclarecem sobre as peças entradas. Os mercados de exportação estavam em Cacheu e em Bissau, aquele principalmente. As entradas eram pouco frequentes. Os navios que vinham ao Pará tão-pouco eram constantes. A região vivia, a certos aspectos, desligada do mundo, mesmo o mundo português. Em 1680, todavia, aos reclamos dos colonos, foi expedido alvará ordenando a condução anual, por conta da Fazenda Real, de negros da costa da Guiné para o Maranhão e para o Pará. A informação é de Manuel Barata, nas *Efemérides Paraenses* (5). Edmundo Correia

(4) Arthur Cezar F. Reis, *Aspectos Económicos da Dominação Portuguesa na Amazônia*. Rio, 1960.

(5) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 90. Rio, 1924.

Lopes, em seu excelente livrinho sobre *A Escravatura*, Lisboa, 1944, esclarece ou adianta que já em 1676 a importação funcionava. Não há dúvida que funcionava, pois a esse respeito há documentação, ou antes, referências a esses escravos, a sua chegada à região e ao trabalho que executavam. As lavouras principiavam a dar certo conteúdo à economia amazônica, mercê das providências decretadas de Lisboa visando a incentivá-la e a mantê-la em nível ascensional.

A Companhia de Cacheu, em 1691, ajustou a introdução de 145 escravos trazidos da África, para isso empregando-se vinte mil cruzados que se destinavam ao negócio das «drogas do sertão». O Governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho expusera a Sua Majestade as condições aflitivas da região, sugerindo a providência da remessa da mão-de-obra africana. Um navio particular que chegara a Belém desarvoado, com um carregamento de escravos, vendera a «mercadoria» a baixo preço. Os moradores, reclamando contra os preços da Companhia de Cacheu, advogaram, sem resultado, um preço mais módico. Depois, a reclamação referiu-se ao facto de os lotes trazidos da Guiné ficarem no Maranhão. A Câmara de Belém representou ao monarca que atendeu, mandando que se fizesse uma repartição justa satisfazendo às duas Capitanias do Estado. Em ambas, a lavoura de cana era o motivo da procura. Com a lavoura, a indústria açucareira (6). Como solução definitiva, sugeria-se, da Corte, que os moradores de ambas se juntassem e criassem o transporte de escravos da África (7).

★

A Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, estabelecida por Pombal para satisfazer às condições difíceis que vivia o Extremo-Norte do Brasil, experiência que se voltava a realizar depois do insucesso da outra, do século XVII, que provocara o pronunciamento dos colonos do Maranhão, sob o comando de Beckman, tem sido objecto de críticas desfavoráveis, dentro do quadro negativo por que se vem pintando o consulado do Marquês.

(6) *Anaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, t. 1.º, pp. 104, 106, 114 e 119. Belém, 1902.

(7) *Anais cits.*, t. 1.º, p. 129.

Atribui-se-lhe, inicialmente, a origem, ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, quando a verdade é que resultou também de pedido dos próprios moradores do Maranhão e Pará, como já em meu livro acerca de *Estadistas Portugueses na Amazónia* ⁽⁸⁾ deixei bem claro, à luz da documentação que compulsei na secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Faz-se-lhe a acusação de não ter satisfeito os objectivos para que fora constituída, sendo, assim, mais um logro do sistema, uma aventura a somar às muitas em que teria sido fértil o período de mando e de reformas do poderoso ministro de D. José.

O assunto foi proposto por João Lúcio, nos seus *Estudos de História Paraense*, por José Mendes da Cunha Saraiva, em memória apresentada ao Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, por Diegues Júnior em seu ensaio sobre *As Companhias Privilegiadas no Comércio Colonial*, divulgado pela *Revista de História*, de São Paulo, n.º 3, 1950, e agora, em excelente monografia intitulada *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Contribuição para o Estudo do Povoamento Ultramarino Português no Século XVIII*, pelo professor Manuel Nunes Dias, da Universidade de São Paulo. Ora, pelo que se pode apurar desses ensaios e da documentação divulgada nos *Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, como do que há ali ainda por divulgar, a Companhia serviu à região com devotamento, procurando atender-lhe às exigências e integrando-a no novo sistema de activação que se experimentava na colónia. Num pequeno trabalho que escrevi, versando o processo histórico do Maranhão, tive oportunidade de indicar a importância de sua actuação no desenvolvimento daquela capitania, na fase em que a governou Francisco de Melo e Póvoas, admirável homem de estado que actuou no Brasil norte, naquele período, a princípio no Amazonas, então a capitania de São José do Rio Negro, e depois no Maranhão, em ambas revelando-se capaz, activo, incisivo, integrado no espírito de renovação que se tentava empreender para vencer a rotina do passado ⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Rio, 1943.

⁽⁹⁾ Arthur C. F. Reis, *A Economia Maranhense no Decorrer do Consulado Pombalino*. S. Paulo, 1960.

Entre as obrigações da Companhia estava a de trazer para a região os braços de que carecia para os ensaios de lavoura em que estava interessado o poder público. Os colonos dispunham de poucas rendas. A economia local derivava principalmente da exploração da floresta. Os braços, mobilizados com relativa facilidade, eram recrutados entre o gentio que os missionários haviam nucleado, numa obra verdadeiramente saudável e cheia de êxito.

Imaginava-se, agora, que esse estado de coisas devia ser alterado para realizar-se uma economia de base agrária. O índio era avesso ao trabalho sedentário das fainas agrárias. Impunha-se, pois, a solicitação à África que estava suprindo de mão-de-obra o mercado sempre exigente e nunca satisfeito do Nordeste e das áreas de mineração, no Centro-Oeste. E essa solicitação foi feita por intermédio da Companhia, com resultados verdadeiramente memoráveis. Porque a activação da empresa agrícola foi levada adiante, com sucesso, graças a essa contribuição em braços, proporcionada pela Companhia, chamada a todo momento para resolver os mil problemas que surgiam perturbando a marcha normal dos negócios do Estado.

Em quanto importou essa contribuição, ou antes, em quanto, numéricamente, se representou a importação dos Africanos nesse período? Pelos dados que constam dos arquivos e foram sumariados por Manuel Barata, nas suas *Efemérides Paraenses*, que o Instituto Histórico e Geográfico divulgou em sua nunca assaz louvada *Revista*, t.º 90, a Companhia no Pará introduziu 12 587. Manuel Nunes Dias, nas suas investigações mais recentes registou 14 749.

Evidentemente, para uma região que se estendia por mais de três milhões de quilómetros quadrados, embora fosse ela povoada por muitas centenas de milhares de indígenas, que se espalhavam pelas margens da calha central do Amazonas e pelas de seus afluentes maiores e menores, era muito pouco. É preciso considerar, no entanto, que a Amazónia e o Maranhão, à época, começavam a viver uma condição nova de vida. Sua conquista, no tocante às determinantes económicas, resultava um feito marcado, fundamentalmente, pela extracção das chamadas «drogas do sertão» e não do empreendimento agrícola que só agora se impulsionava, tentando transformá-la em constante colonial.

Encerrada a fase de actividades da Companhia, ante a grita de interessados em Portugal, que viam nela um paradeiro aos seus negócios, negócios de que a região não conhecia qualquer benefício directo ou indirecto, continuou, porém, a imigração dos Africanos, uma vez que a tentativa de estabelecer a economia na base agrária fora coroada do maior sucesso. Como o creatório no Marajó e depois no Baixo-Amazonas, actividades económicas a que o negro escravo também trouxe a sua contribuição, como se verifica de interessante memória elaborada por Nunes Pereira e apresentada ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

A exportação de produtos, resultante do esforço por tirar da terra o que ela podia conceder, num desmentido imediatista, da maior expressividade, e que não tem sido considerado por quantos desdenham da região inculcando-a de incapaz de permitir uma produtividade agrícola rendosa, prosseguiu com intensidade, criando, nos mercados portugueses, um interesse cada dia mais vivo. Esse rendimento da terra, representado no café, no tabaco, no algodão, no cacau, no cravo fino e grosso e no açúcar dos engenhos locais, exteriorizava a presença do braço africano ⁽¹⁰⁾. Segundo os cálculos de Manuel Barata, os algarismos que indicavam a importação de escravos negros, entre o fim da actuação da Companhia e 1792, ascendeu a 7606. Esses escravos eram agora introduzidos em consequência de contrato em Cacheu e Cabo Verde.

É de registrar-se que, em 21 de Agosto de 1797, D. Francisco de Sousa Coutinho, Capitão-General e Governador do Pará, em exposição endereçada ao irmão, D. Rodrigo que dirigia os negócios do ultramar português, propunha o problema da importação do braço africano, essencial ao desenvolvimento dos projectos de activação na base da agricultura e não apenas da exploração destrutiva da natureza.

Já anteriormente, em 1792, a 25 de Abril, a mesma autoridade falara à rainha D. Maria I, encarecendo providências que viessem trazer à Amazónia os elementos indispensáveis ao seu

⁽¹⁰⁾ No referido ensaio, divulgámos vários mapas da exportação maranhense que comprovam a afirmação acima. Em vários códices da secção de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como no Arquivo Público do Estado do Pará, há vasta documentação a respeito como das importações feitas, da África, da mão-de-obra escrava.

progresso, particularizando o problema da mão-de-obra negra. Na oportunidade, D. Francisco sugerira um plano para a realização das importações, utilizando o comércio local que participaria do empreendimento ao invés de ficar a solução adstrita à interferência do capital metropolitano. Como reacção ao projecto, fora isenta de impostos a mercadoria africana e iniciado o tráfico, mas com resultados pequenos que, no dizer do próprio estadista, não contribuíam para que se tornasse efectiva a ideia da valorização do Extremo-Norte pelo impulsionamento de sua economia. A população escrava negra, à época, reduzia-se a 30 000 indivíduos, sendo que no Rio Negro, então capitania subordinada ao Pará, esse algarismo era apenas de 592 ! (11).

O que vem sendo mais indicado, no entanto, como efeito da presença africana na Amazónia não é essa contribuição para a modificação da paisagem económica regional, tirando-a do extractivismo primário para uma economia agrícola, mas o aspecto negativo de tal contribuição: a introdução de epidemias. Os navios negreiros teriam sido os portadores de enfermos que contaminaram Belém, levando os males ao interior, desse modo contribuindo para o empobrecimento demográfico de um espaço social já de si pobre em população.

Artur Viana, o maior historiador paraense, investigador consciencioso, médico, homem de laboratório como o irmão, em um livro admirável como obra de pesquisa, completando o que já haviam escrito Berredo e Alexandre Rodrigues Ferreira, fez o levantamento das epidemias que assaltaram o Pará e nos seus documentados capítulos, chegou à afirmativa de que, realmente, pelo menos a varíola que por algum tempo fez vítimas, comprometendo o nome da região, foi importada (12).

Essa importação realizada através, muitas vezes, dos navios negreiros que desembarcavam a sua carga já afectada. Se nesses navios, parte da carga era perdida no decorrer da viagem ! Artur Viana, a propósito, regista uma série de factos relativos à importação de escravos, e com eles da varíola, que

(11) Essa correspondência de Sousa Coutinho encontramos-na na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(12) *As Epidemias do Pará*. Belém, 1904.

não resisto de transcrever para comprovação do que estou escrevendo. Diz o historiador:

«Em 26 de Agosto de 1764, fundeou em Belém o navio São Lázaro, commandado por Gaspar dos Reis, com 408 negros de Angola, tendo morrido em viagem 143 ! Em dois dias venderam-se todos estes escravos.»

«O navio Nossa Senhora da Conceição, em Novembro de 1764, trouxe ao Pará, 268 negros quando recebera na África 450. Cento e oitenta e dois infelizes succumbiram durante a a viagem !»

«Em 21 de Novembro de 1766, a corveta São Pedro Gonçalves vinda de Bissáo, deu fundo no Pará, com 128 negros dos 161 embarcados.»

«No anno de 1767 a companhia de commércio fez uma leva de captivos para conduzir ao Pará. Contava a leva 194 escravos mas, ao chegar do interior de Angola a Bissago, tinham morrido 34; durante a travessia falleceram mais 35; e já nesta cidade 2. O total dos mortos elevou-se a 71 !»

«Melhor negócio fez a companhia com a viagem da corveta São Francisco Xavier, que chegou a Belém em 6 de Abril de 1767, tendo embarcado 189 pretos. D'êstes, 11 morreram em viagem e 12 na casa da administração da companhia nesta cidade. Venderam-se logo 53 a dinheiro e 124 a crédito.»

«Na sua viagem de Janeiro de 1778, a corveta São Pedro Gonçalves embarcou 120 negros e chegou aqui com 73; morreram 47 !»

Os comandantes dos navios negreiros, na pressurosidade de pôr em terra a carga que traziam, fugiam ao cumprimento das ordens emanadas do poder competente, ordem que visava levar os escravos primeiramente a uma quarentena, precaução para impedir a entrada das doenças. E a desembarcavam clandestinamente. As medidas punitivas não surtiam efeito. Os doentes contaminavam a cidade; as epidemias faziam aparição, ceifando vidas.

A presença do elemento negro, na Amazónia, como aspecto da actuação portuguesa, é uma presença que está exigindo uma pesquisa séria. O que se pode evidenciar de logo, porém, é que ela significou o propósito do colonizador para assegurar a

região na base de um sistema de vida menos rude, num esforço por humanizá-la. Só então será possível afirmar de sua importância, de sua permanência através de usos, costumes, mesclas de linguagem, alimentos, da própria mestiçagem étnica e de pronunciamentos políticos de tanta significação na história regional.

O Sr. Carneiro de Mendonça elogiou o trabalho do Prof. Ferreira Reis, a quem chamou o melhor conhecedor da história da Amazônia, e fez algumas considerações sobre a mão-de-obra negra noutras regiões do Brasil durante o período colonial.



7780-61 — PAPELARIA FERNANDES — LISBOA



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA